

Sábado, 08 de Agosto de 2026

Secretário da Casa Civil nega envolvimento em acordo com operadora Oi e promete comprovar inocência

Mauro Carvalho Junior afirma não ter participado de negociação e nega qualquer benefício pessoal no período investigado

O secretário-chefe da Casa Civil, Mauro Carvalho Junior, pronunciou-se nesta quinta-feira (6 de agosto) negando qualquer participação em negociações mencionadas em operação conduzida pela Polícia Federal. Em comunicado oficial, ele reafirmou não ter auferido benefícios dos fatos narrados na denúncia que o envolve.

Conforme esclarecimento divulgado, entre dezembro de 2023 e abril de 2024, período crítico em que o processo tramitava na administração estadual, Carvalho Junior não ocupava qualquer posição na esfera pública, inclusive no Governo de Mato Grosso. Dessa forma, sustenta que seria impossível exercer influência na decisão governamental de celebrar ou não o acordo com a operadora de telecomunicações.

O secretário refutou categoricamente a utilização de recursos provenientes do contrato com a OI para proveito pessoal ou familiar. Segundo sua defesa, todos os valores investidos em empresas das quais é sócio em conjunto com o ex-governador Mauro Mendes originam-se exclusivamente do patrimônio e das operações do grupo empresarial pertencente à família Carvalho.

Manifestando confiança no desenrolar das apurações, Mauro Carvalho afirmou acreditar que a investigação resultará no esclarecimento completo dos fatos e na comprovação de sua inocência e da de seus familiares. "Tenho convicção de que, ao final de todo o processo, o caso será esclarecido e a minha inocência e da minha família será comprovada, pois não participei e não me beneficiei do acordo da OI", declarou em pronunciamento oficial.

Principais pontos da defesa:

Quanto às investigações da Polícia Federal, o secretário esclarece que: Ele e seus familiares não participaram do acordo mencionado na operação policial. Durante o período de dezembro de 2023 a abril de 2024, quando tramitava o processo de negociação, não exercia cargo público algum, impossibilitando qualquer interferência na decisão estatal. Nenhum valor oriundo do contrato com a OI foi destinado a benefício pessoal ou familiar, sendo todos os investimentos provenientes de recursos do próprio grupo empresarial. Reitera não ter participado nem se beneficiado do acordo investigado, confiando que ao término do processo sua inocência e a de sua família serão plenamente comprovadas.